



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Processo nº 23205.023817/2022-79

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço, sob a forma de execução indireta, de gerenciamento, responsabilidade técnica, operação e manutenção (preventiva e corretiva) de estação de tratamento de efluente, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	Catálogo	DESCRIÇÃO	INDICADOR	QTIDADE	% DESCONTO MÍNIMO/ VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO I						
1	3916001000065	Conjunto de serviços e peças para manutenção estações de tratamento de esgotos CATSERV: 19160	Conjunto	1	5,16%*	R\$ 240.000,00
2	3916001000061	Serviço de operação da ETE campus Cerro Largo RS. CATSERV: 19160	Mensal	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	3916001000062	Serviço de operação da ETE campus Chapecó SC. CATSERV: 19160	Mensal	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	3916001000063	Serviço de Operação da ETE campus Erechim RS. CATSERV: 19160	Mensal	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
5	3916001000065	Serviço de Operação da ETE campus Laranjeiras do Sul PR. CATSERV: 19160	Mensal	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
Valor Anual Estimado para o Grupo I					R\$ 624.000,00	

***O percentual de desconto mínimo de para o conjunto de peças e serviços de manutenção será de 5,16% .**

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de gerenciamento, responsabilidade técnica, operação e manutenção (preventiva e corretiva) de estação de tratamento de efluente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3.1. Serviço de Operação da ETE – serão realizados conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, **ENCARTES I** deste Termo de Referência, contratado por 12 (doze) meses e pago mensalmente;

1.3.2. Conjunto de Serviços e Peças para Manutenção das ETE - Com base no histórico das manutenções realizadas nas ETE's, relacionou-se os principais componentes e serviços que podem ser substituídos. (**Encarte F- Tabela de Peças e Serviços**). As peças e serviços relacionados formam um conjunto, para o qual a licitante deverá apresentar seu lance através de um **percentual de desconto, sendo o mínimo de 5.16%**.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **ENCARTE I** deste Termo de Referência.

3 . DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **ENCARTE I** deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.1.1. O serviço a ser executado deve compreender a operação e manutenção das estações de tratamento de efluentes (ETE's) da UFFS nos campi de Cerro Largo/RS, Erechim/RS, Chapecó/SC e Laranjeiras do Sul/PR.

5.1.1.2. A contratada deve ter expertise suficiente para operar todo o sistema de tratamento especificado nas descrições básicas do funcionamento das estações - Encarte A e no Relatório de atividades descritas no Encarte B, e devem ser realizadas dentro dos prazos definidos.

5.1.1.3. O monitoramento da estação deve ser constante de modo a manter as condições microbiológicas e físico-químicas do lodo, de modo a otimizar o tratamento com remoção significativa de poluentes e lançamento dos efluentes dentro dos padrões estabelecidos pelas legislações sanitárias.

5.1.1.4. O operador deve estar presente na estação todos os dias por um período mínimo de duas horas realizando os serviços definidos no esboço elaborado pela Universidade, assim como, por ventura, qualquer outra atividade inerente a função de operação e manutenção da estação.

5.1.1.5. A contratada deve apresentar responsável(eis) técnico(s) para todas as estações da UFFS e um operador deve estar presente, nos horários exigidos, em cada campus.

5.1.1.6. A UFFS pagará os referidos serviços mensalmente, e o prazo para início da execução do serviço será de **08/01/2023**, e o prazo de contratação do serviço é de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

5.1.1.7. A manutenção preventiva e corretiva se faz necessária, pois as estações possuem mecanismos elétricos, mecânicos e estruturais que precisam eventualmente de manutenção. As manutenções ocorrerão por avaliação técnica da contratada, acordado com o fiscal do contrato, ou por demanda da UFFS.

5.1.1.7.1. Para as peças e a manutenção serão realizados 3 (três) orçamentos sendo 1 (um) fornecido pela contratada e dois realizados pelos fiscais do contrato. Os orçamentos devem apresentar proporcionalidade e variação máxima entre si de 30%, de modo que orçamentos com valores excessivos ou demasiadamente baixo podem ser descartados. O preço pago para eventuais manutenções é o valor médio dos orçamentos pesquisados mais a aplicação do percentual de desconto concedido pela empresa e homologado no processo licitatório.

5.1.1.7.2. Todos esses serviços devem ser realizados por pessoal capacitado com conhecimento suficiente para realizar os procedimentos dentro dos padrões de qualidade.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A operação das estações de tratamento podem gerar lodos resultantes dos processos de tratamento e eventual geração de resíduos de manutenção. Tanto o lodo como os resíduos de limpa-fossa, por exemplo, tem obrigatoriamente a destinação ambientalmente adequada, realizada por empresa terceirizada e habilitada para o serviço. Dessa forma, o presente processo tem, na verdade, um impacto positivo para o meio ambiente porque, justamente, dá a destinação adequada aos efluentes gerados nos campi.

6.2. De acordo com as orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 4ª Edição, agosto/2021**, recomendamos que a contratada observe, **no que couber**, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no Decreto nº 10.024/2019 e Legislação correlata.

6.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

6.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

7. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante deverá realizar vistorias nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, devendo, o agendamento, ser efetuado previamente através do seguinte contato: Reitoria – Telefone (49) 20493192 ou pelo e-mail: proad.dga@uffs.edu.br;

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. É vedada a realização de vistoria para a licitação por um mesmo representante para diferentes licitantes, da mesma forma que a visita não será realizada de forma coletiva.

7.2.3. Ainda que a vistoria para a presente licitação seja considerada **facultativa**, é recomendado que a licitante realize a vistoria, tendo em vista se apropriar de conhecimento quanto às condições do local onde serão realizados os serviços, podendo assim executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, diminuindo a chance de incorrer em omissões.

7.2.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

7.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.2.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação **OU** que a empresa licitante não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. As declarações constantes neste item devem seguir modelo ofertado no **ENCARTE D** deste Termo de Referência.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica definida pelo requisitante do objeto:

8.1.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante emissão de Ordem de Serviço, conforme **Encarte G**, após a assinatura do Termo de Contrato.

8.2. Os serviços serão realizados nos seguintes campi da UFFS:

8.2.1. Campus Chapecó/SC: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899;

8.2.2. Campus Cerro Largo/RS: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1.580, São Pedro, CEP 97900-000;

8.2.3. Campus Erechim/RS: ERS 135 - Km 72, 200, Caixa Postal 764, CEP 99700-970;

8.2.4. Campus Laranjeiras do Sul/PR: Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85301-970;

8.3. A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), sem ônus adicionais a UFFS.

8.4. A Forma de Prestação dos Serviços deverá obedecer os critérios estabelecidos no item 5 do **ENCARTE I** - Estudos Técnicos Preliminares deste Termo de Referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades adequadas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.1.1. Providenciar EPI's e EPC's de qualidade e em quantidade adequada aos seus funcionários.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar **TODO** o contido neste Termo de Referência e Estudos Técnicos Preliminares, **ENCARTE I** deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepos-
tos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais
como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes
em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o
trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade
responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta e ainda:

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Das Obrigações Específicas para execução dos serviços

12.23.1. Executar os serviços conforme especificações desta proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os aparelhos de medição (phmetro, oxímetro, termômetro, etc), equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade para atender ao presente objeto deste edital;

12.23.2. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e todas as despesas de fretes, seguros, deslocamento de pessoal e alimentação, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.23.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.23.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.23.5. Manter no mínimo um (1) empregado em cada campus pelo período mínimo de 2 horas diárias para fins de atender às necessidades das atividades descritas no Encarte B deste Termo de Referência;

12.23.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC;

12.23.7. Será de responsabilidade da Contratada o controle da utilização de EPI/EPC e atualização dos registros,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

bem como a verificação periódica das características técnicas de tais equipamentos de segurança em conformidade com as normas trabalhistas;

12.23.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados, cópia do contrato de trabalho e carteira de trabalho (do operador e responsável técnico), que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.23.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço;

12.23.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.23.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.23.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.23.13. Prezar pela segurança da comunidade acadêmica nos locais onde serão executados os serviços;

12.23.14. Realizar as atividades de operação e manutenção da ETE com o objetivo de atender às legislações sanitárias e ambientais vigentes, por exemplo, Resolução CONAMA 430/2011, Lei 14.675 de 13 de abril de 2009 - Código Ambiental de Santa Catarina, Resolução CONSEMA/RS 355/2017 entre outras, assim como os parâmetros de lançamento determinados nas licenças ambientais de operação, quando couber;

12.23.15. Possuir responsável técnico para o gerenciamento da ETE com registro no órgão de classe. O Responsável Técnico deverá estar em dia com documentos, taxas exigidas pelo órgão competente. No início da vigência do contrato o responsável técnico da contratada deverá emitir ART para os serviços de manutenção e operação do sistema de tratamento de efluentes em concordância com as atividades descritas neste Edital. A ART será baixada apenas quando encerrar o contrato. O recolhimento das taxas ART corre por conta da Contratada;

12.23.16. O Responsável Técnico e o operador da ETE deverão estar em condições de atender à fiscalização, prestando as informações necessárias sobre o andamento dos serviços, a sua programação e demais atividades relativas ao funcionamento da ETE, assim como, atender, se necessário, aos órgãos ambientais;

12.23.17. Realizar, de acordo com a legislação ambiental vigente, a coleta das amostras e envio para o laboratório de análise de efluentes. Fornecer frascos, reagentes, conservantes, caixas de transporte e demais equipamentos, se necessários. Esses custos são por conta da contratada e devem estar previstos na proposta apresentada;

12.23.18. Efetuar a análise mensal dos efluentes, entrada e saída, conforme legislação vigente. Atualmente os principais parâmetros analisados são: demanda bioquímica de oxigênio (DBO), demanda química de oxigênio (DQO), fósforo total, nitrogênio amoniacal, óleos e graxas, temperatura, odor, pH, sólidos suspensos totais, coliformes totais e termotolerantes e/ou coli. Pode, a critério de órgão ambiental, a inclusão de algum parâmetro específico, entretanto, verificam-se esses os principais parâmetros de rotina. Todos esses custos devem estar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

previstos na proposta apresentada;

12.23.19. O laboratório que fará as análises deverá ter sistema de gestão da qualidade implantado (ISO/IEC 17.025:2017) e cadastro, se necessário, no órgão ambiental competente;

12.23.20. Realizar ensaios em campo com aparelhos calibrados e metodologias baseadas em métodos reconhecidos e confiáveis na rotina de análises, por exemplo, quando aplicável, metodologia reconhecida no INMETRO, *Standard Methods For Examination of Water and Wastewater Standard methods water*, entre outras. Em caso de subcontratação, a empresa subcontratada terá que apresentar essa qualificação;

12.23.21. Responsabilizar-se por quaisquer ônus que a Instituição venha a incorrer no caso de autuação de órgão ambiental;

12.23.22. Emitir e entregar relatórios de acompanhamento, constando minimamente as informações constantes nos modelos disponibilizados: **Relatório Semanal de Operação** constante no **“Encarte B”** e **Relatório Mensal-Responsabilidade Técnica no “Encarte C”**. Os relatórios de Operação e Manutenção terão frequência semanal e o de Responsabilidade Técnica, frequência mensal. Pode, a critério da UFFS, para melhoria do controle, alterar o formato dos referidos encartes;

12.23.23. A Contratada deverá observar, além do disposto no presente processo licitatório, todas as especificações e procedimentos descritos no **“Encarte B” – Descrição e Funcionamento**.

12.23.24. Elaborar (quando necessário) planos de contingência, planos de resíduos ou demais documentos/atividades correlatas à função da ETE com emissão de ART (se necessário), conforme solicitação de órgãos de fiscalização;

12.23.25. Gerenciar todos os resíduos gerados na ETE, principalmente o lodo, promovendo o correto manejo e destinação final ambientalmente adequada;

12.23.26. Apresentar, ao fiscal do contrato, programação das atividades de manutenção com e sem desligamento, procedimentos de segurança e cronograma de atividades que devam ser informados para comunidade acadêmica em caso de bloqueio ou interdição de áreas onde serão realizados os procedimentos;

12.23.27. Fornecer quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais necessários a manutenção preventiva e corretiva. Essas peças deverão ser aprovadas pelo fiscal do contrato;

12.23.28. Em detectados problemas que exijam a substituição de equipamentos relativos à Manutenção Preventiva e Corretiva a contratada deverá providenciar a substituição imediata dos equipamentos tendo como obrigação o cumprimento do seguinte fluxo:

- a) Em até 48 horas, após detectado o defeito, apresentar à fiscalização do contrato o orçamento para a substituição das peças;
- b) A fiscalização terá prazo de 48 horas, para a avaliação do orçamento apresentado, comparando-o com o valor de mercado do equipamento;
- c) Após aprovado o orçamento, a contratada terá até 24 horas úteis para realizar a substituição do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

equipamento;

d) Casos excepcionais serão acordados com a fiscalização.

12.23.29. Com relação ao valor que a UFFS pagará pelas peças ou serviços a serem realizados na manutenção preventiva e corretiva de cada Campus aplicar-se-á o seguinte fluxo:

- a) A Contratada apresentará 1 (um) orçamento para troca de peça e/ou serviço ao fiscal;
- b) O fiscal fará mais dois orçamentos idênticos ao apresentado pela empresa;
- c) A partir desses 03 orçamentos, faz-se a média e aplica-se o percentual de desconto proposto pela contratada na licitação.

12.23.30. Deverão ser priorizados dias não letivos para a realização de manutenções que exijam desligamentos, bloqueios ou interdição de áreas;

12.23.31. Responder por todo e qualquer dano que causar à Universidade ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, por atos praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, durante a execução dos serviços, eximindo a Universidade de qualquer responsabilidade.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, **até o limite de 30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, para serviços técnicos especializados, tais como: serviços de análise; serviços de condicionamento de motores e manutenção dos aeradores; manutenção dos equipamentos eletrônicos dos sistemas de infraestrutura e da estação de tratamento; serviços de limpa fossa; serviços de destinação de lodo e demais serviços especializados relacionados à manutenção preventiva e corretiva.

13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ENCARTE E** deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. Qualidade do serviço prestado, com base nos indicadores de aferição dos serviços discriminados no IMR (ENCARTE E);

16.2.2. Demais critérios estabelecidos neste Termo de Referência e seus encartes;

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

17.3.2.2. será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto*.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índica de compensação financeira = 0,0016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **IGP-M (Índice Geral Preços Mercado)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, *tendo em vista que pela natureza e complexidade da contratação, os instrumentos para recolhimento de valores advindos das aplicações das sanções são suficientes para reparar possíveis falhas de execução do objeto.*

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) cometer fraude fiscal;

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. Multa de:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffrs.edu.br / www.uffrs.edu.br

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.1. Valor Global: **R\$ 624.000,00** (Seiscentos e vinte e quatro mil reais);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

22.3.2. Valores Unitários: conforme item 1.1. deste Termo de Referência;

22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do grupo.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimativo da contratação é de **R\$ 624.000,00** (Seiscentos e vinte e quatro mil reais);

23.2. O valor utilizado como referencial de preço máximo para os itens deste Termo de Referência foi definido com base nos parâmetros I e IV Instrução Normativa nº 73/2020 de 05 de agosto de 2020 e foram definidos pelo requisitante aplicando-se a **média dos preços** por ele pesquisados para os itens deste processo licitatório.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 26440/158517

Fonte de Recursos: 8100000000

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

Natureza de Despesa: 339039

PTRES: 171285

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes encartes:

17.1.1. Encarte A – Descrição básica do funcionamento das ETE's

17.1.2. Encarte B – Descrição das principais atividades das ETEs

17.1.3. Encarte C – Modelo de Relatório Mensal – Responsável Técnico ETE

17.1.4. Encarte D – Declaração de Vistoria



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

17.1.5. Encarte E - Índice de Medição de Resultados - IMR

17.1.6. Encarte F – Tabela de Peças e Serviços

17.1.7. Encarte G – Modelo de Ordem de Serviço

17.1.8. Encarte H – Mapa de Riscos

17.1.9. Encarte I - Estudos Técnicos Preliminares

Chapecó/SC, 20 de setembro de 2022.

LIDIANE MARCANTE
Superintendente de Compras e Licitações

Eu, **CHARLES ALBINO SCHULTZ**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando a Contratação de empresa para prestação de serviço, sob a forma de execução indireta, de gerenciamento, responsabilidade técnica, operação e manutenção (preventiva e corretiva) de estação de tratamento de efluente, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de materiais, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 20 de setembro de 2022.

CHARLES ALBINO SCHULTZ
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura
Ordenador de Despesas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”

DESCRIÇÃO BÁSICA DO FUNCIONAMENTO DAS ETE'S

1. Características:

Caracterizado como um sistema de tratamento biológico de funcionamento contínuo e com aeração prolongada. O Tanque de lodo ativado promove o desenvolvimento de uma colônia microbiológica (biomassa), a qual consumirá a matéria orgânica do efluente. Os Aeradores fornecem o oxigênio ao licor, mantendo no mesmo uma concentração adequada (1,5 - 2,0 mg/l) de Oxigênio dissolvido, necessário ao metabolismo dos microrganismos aeróbios. O Decantador Secundário separa a biomassa que consumiu a matéria orgânica do efluente, a qual se sedimenta no fundo do decantador, permitindo que o sobrenadante seja descartado como efluente tratado, já com sua carga orgânica reduzida. A Bomba de Recirculação faz retornar a biomassa do decantador ao primeiro estágio do tanque de decomposição, para que a mesma continue sua ação depuradora, o crescimento da biomassa é contínuo, ocorrendo a necessidade de um descarte periódico de quantidades definidas da mesma. As lâmpadas ultravioleta (UV) promovem a desinfecção do efluente final por meio de esterilização, modificando a estrutura do DNA dos microrganismos, levando-os a morte. O Leito de secagem faz o desaguamento do lodo em excesso.

2. Componentes das ETE's de Cerro Largo/RS, Erechim/RS e Laranjeiras do Sul/PR (Figura I):

- a) Pré-tratamento (Caixa de areia/desarenador): confeccionada em concreto. Possui grades metálicas que tem a função de gradeamento do efluente bruto.
- b) Tanque de recalque: é composto por 2 bombas submersas (BS-01) e (BS-02) e 2 boias de nível. A boia de nível terá a função de acionamento da bomba, com nível alto (liga) e nível baixo (desliga) e funcionam de maneira alternada.
- c) Caixa de distribuição: local aonde chega o efluente recalcado pelas bombas da elevatória. Essa caixa é responsável por distribuir o efluente igualmente entre os tanques.
- d) Reator aeróbio com aeração prolongada: composto por 02 (dois) tanques de 70 m³ cada um, fabricados em fibra de vidro, através dos processos de Filament Winding compartimentado (decantador primário/reator aeróbio/decantador secundário). Em cada tanque tem 01 (um) aerador submersível SPIDERJET de 05 Cv e uma bomba centrífuga horizontal com a função de recirculação do efluente e descarga de lodo.
- e) Desinfecção UV: Tanque fabricado em PVC, com lâmpadas de emissão UV para desinfecção do efluente.
- f) Quadro de comando: Controle do funcionamento dos aeradores, bombas de recirculação, bombas de recalque e lâmpadas UV.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

g) Leito de secagem: O leito é composto de camadas filtrantes (areia, brita e tijolo) que reterá o lodo sólido enquanto o líquido percolará pela soleira drenante.

3. Componentes da ETE do Campus Chapecó/SC (Figura II)

a) Pré-tratamento (Caixa de areia/desarenador): confeccionada em concreto. Possui grades metálicas que tem a função de gradeamento do efluente bruto.

b) Tanque de recalque: é composto por 2 bombas submersas (BS-01) e (BS-02) de 1Cv cada e 1 boia de nível. A boia de nível terá a função de acionamento da bomba, com nível alto (liga) e nível baixo (desliga) e funcionam de maneira alternada.

c) Caixa de distribuição: local aonde chega o efluente recalcado pelas bombas da elevatória. Essa caixa é responsável por distribuir o efluente igualmente entre os tanques.

d) Reator aeróbio com aeração prolongada: composto por 03 (três) tanques de 100 m³ cada um, fabricados em fibra de vidro, através dos processos de Filament Winding compartimentado (decantador primário/reator aeróbio/decantador secundário). Em cada tanque tem 02 (dois) aeradores submersíveis SPIDERJET sendo 01 (um) de 05 Cv e outro de 2,5 Cv, possui ainda uma bomba centrífuga horizontal com a função de recirculação do efluente e descarga de lodo em cada tanque.

e) Desinfecção UV: Tanque fabricado em PVC, com lâmpadas de emissão UV para desinfecção do efluente.

f) Quadro de comando: Controle do funcionamento dos aeradores, bombas de recirculação, bombas de recalque e lâmpadas UV.

g) Leito de secagem: O leito é composto de camadas filtrantes (areia, brita e tijolo) que reterá o lodo sólido enquanto o líquido percolará pela soleira drenante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

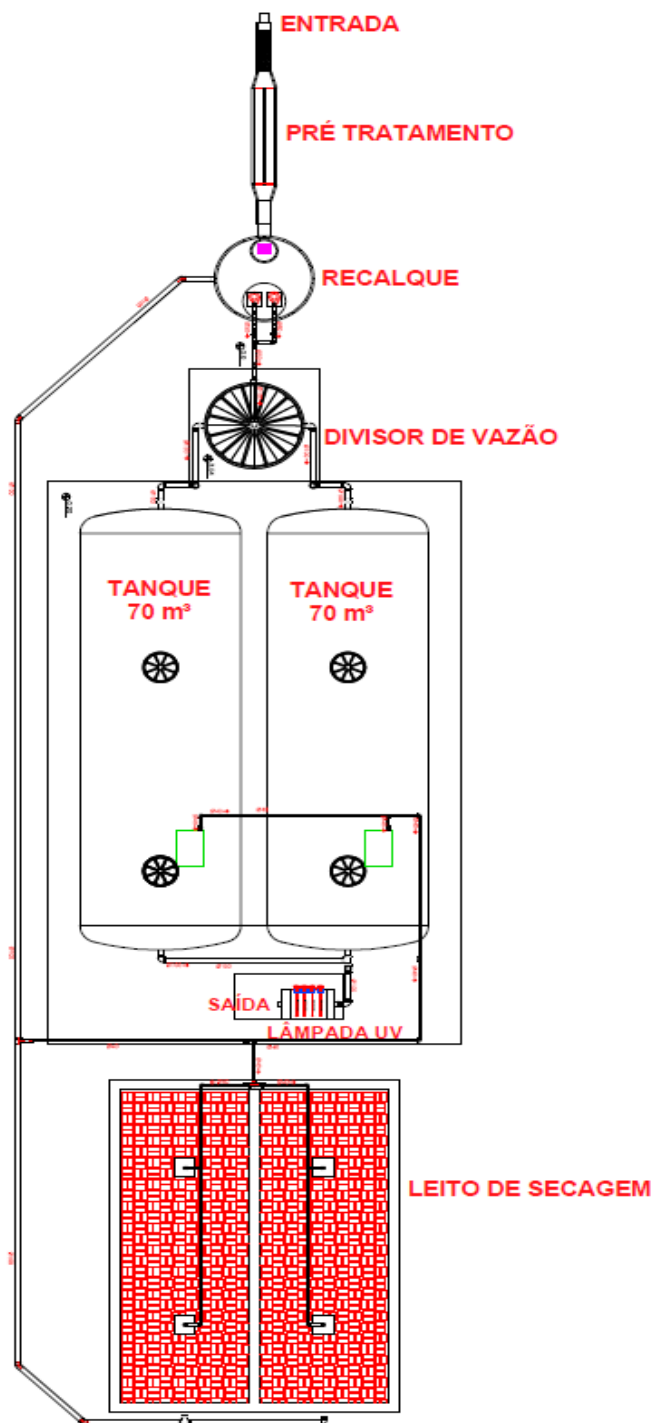
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

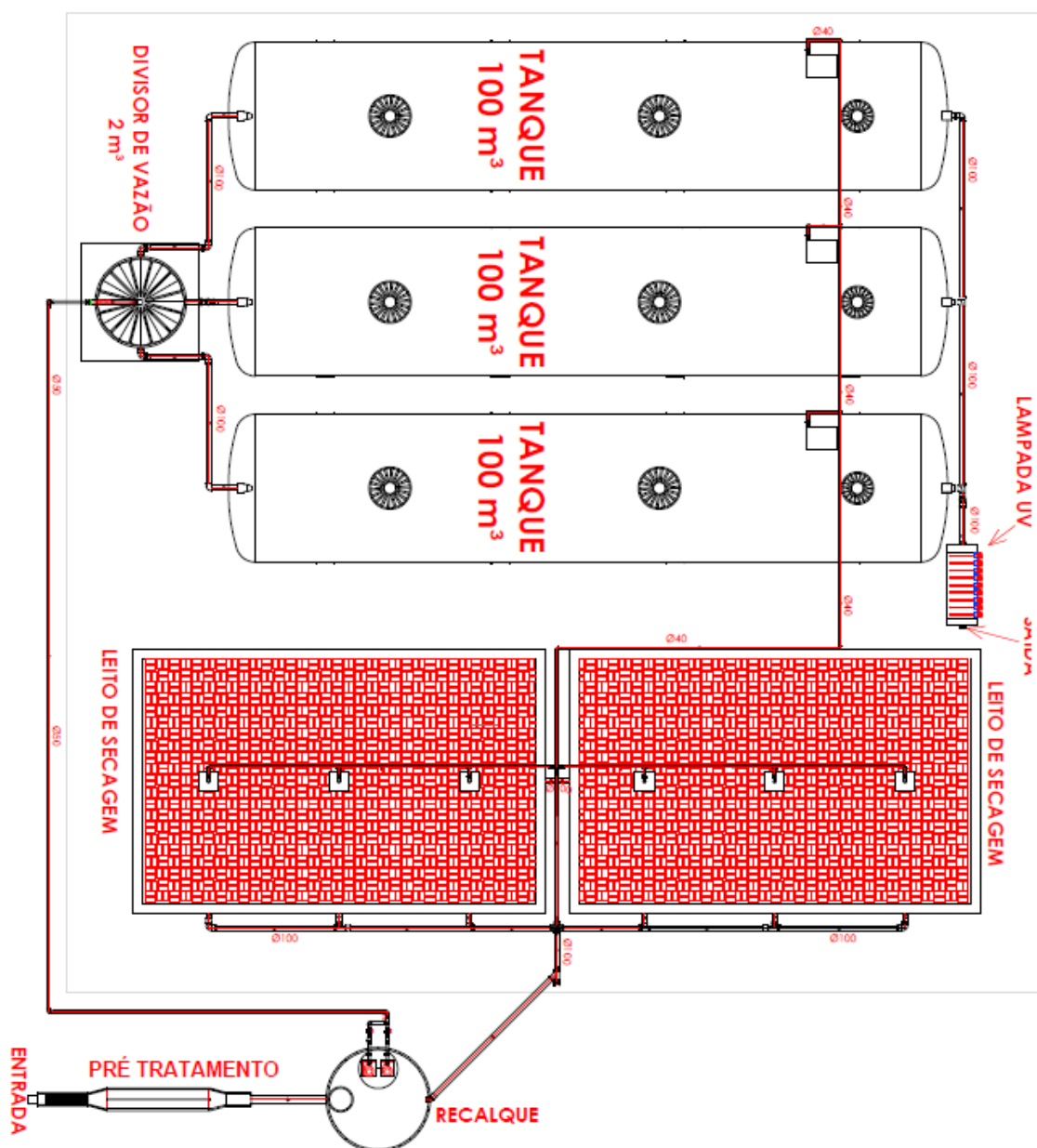
Figura I (Encarte A)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

Figura II (Encarte A)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

ENCARTE “C”

MODELO DE RELATÓRIO MENSAL (Responsável Técnico ETE)

Contratante: Universidade Federal de Fronteira Sul- UFFS

Contratada: Tratamento de Efluentes domésticos

Contrato nº:

Empresa responsável pela operação:

Responsável Técnico/Órgão de Registro:

Período de análise: ____/____ à ____/____/____

1– DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS (descrever as atividades principais realizadas pela empresa no local durante os relativo mês)

2– DESCRIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS UTILIZADOS (informar detalhes de peças, materiais e serviços empregados e manutenção corretiva ou preventiva)

3– DIAGNÓSTICO AMBIENTAL (descrever observações de melhoria ocorridas no tratamento ou ainda se o processo se manteve estável)

4– ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS LAUDOS ANALÍTICOS (discutir os resultados positivos, negativos ou que possam ser melhorados na ETE, tomando por base os resultados das análises)

5– PROPOSIÇÃO DE AÇÕES CORRETIVAS FUTURAS (inserir os prazos previstos para as ações)

6– CONCLUSÃO

Data: ____/____/____

Responsável Técnico (assinatura): _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

ENCARTE “D”
MODELO DO TERMO DE VISTORIA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022

D E C L A R A Ç Ã O

_____(nome da empresa)_____, CNPJ nº_____, sediada _____
(endereço)_____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do **Pregão Eletrônico nº 48/2022, DECLARA** expressamente que:

Vistoriou o imóvel situado na _____ em _____, onde serão prestados os serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e operação de estação de tratamento de efluente, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de materiais e necessários para a execução dos serviços de operação e manutenção da ETE e de empresa para análise completa e anual de água bruta dos postos de abastecimento, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos de orçamento e elaboração das propostas.

Local, ____ de _____ de 2017.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Ou

Eu (Nome do representante/Vistoriador), declaro que conheço o local onde serão prestados os serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e operação de estação de tratamento de efluente, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de materiais e necessários para a execução dos serviços de operação e manutenção da ETE e de empresa para análise completa e anual de água bruta dos postos de abastecimento do Campus xxxxxxx da UFFS, na cidade de xxxx e tenho conhecimento de todas as informações necessárias para subsidiar a formulação da proposta apresentada.

Local, ____ de _____ de 2017.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

ENCARTE “E”

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
4. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos/metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA;

5. DOS PROCEDIMENTOS

- 5.1. O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.
- 5.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- 5.3. A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.
- 5.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- 5.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.
- 5.6. Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação.
- 5.7. Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.
- 5.8. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- 5.9. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA a fatura mensal para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.
- 5.10. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

6. DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

- 6.1. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.
- 6.2. As ocorrências ocasionadas por fatores que estão fora do controle da CONTRATADA e que forem devidamente justificadas não serão passíveis de aplicação do ANS.
- 6.3. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

	Valor da
--	----------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

OCORRÊNCIAS	infração
<p>TIPO 01 - Situações Brandas, que comprometem a realização do serviço de maneira satisfatória, com problemas evidenciados nas seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Realizar a limpeza do gradeamento e do desarenador.b) Avaliar o estado do leito de secagem.c) Remover os acumulados pelas chuvas nos arredores do gradeamento, caixa de areia e estação elevatória da ETE.d) Recircular ou descarregar o lodo sobre o leito de secagem.e) Realizar a limpeza da caixa elevatória. Se necessário, fazer uso de caminhão limpa-fossa.f) Limpar e manter a estrutura civil da estação (lavagem e remoção de sujidades) do piso, tanques, galpão de adensadores, caixa de recalque, casa de controle automatizado, pintura, etc.g) Verificar o funcionamento do painel de controle (bombas/aeradores, etc).h) Confeccionar o relatório de operação semanal – Encarte C.i) Corte, roçagem ou remoção de vegetação que se desenvolve nos arredores da ETE (se necessário).j) Monitorar a corrente elétrica nos dispositivos da ETE, principalmente, bombas e aeradores ajustando a corrente elétrica, por exemplo, cada motor elétrico possui corrente de operação de acordo com a tensão de trabalho, verificar nos manuais e ajustar os relés no painel. Desse modo irá desligar quando ocorrer aumento de corrente, preservando a vida útil do equipamento.h) Disponibilizar os empregados para a realização dos serviços sem uniformes e crachás de identificação.i) Não realização de eventuais atividades estabelecidas nas especificações do Termo de Referência e seus Encartes.	01 ponto
<p>TIPO 02 - Situações Moderadas, que comprometem a realização do serviço de maneira satisfatória e/ou interferem no bom funcionamento da ETE. Problemas caracterizados e evidenciados nas seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Realizar e registrar a medição dos indicadores: vazão, temperatura pH, Oxigênio dissolvido, Sólidos Sedimentáveis e outros necessários ao bom desempenho do sistema.b) Verificar o funcionamento das bombas através das válvulas existentes em cada bomba. Monitoramento das horas de trabalho dos motores e bombas (edificações, ETE).c) Verificar o nível de água de arrefecimento dos aeradores da ETE e repor a água, se necessário.	02 pontos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

d) Verificar válvulas e boias elétricas de controle de nível, a fim de evitar que bombas trabalhem sem meio líquido. e) Verificar o funcionamento das lâmpadas UV.	
TIPO 03 - Situações Graves , que comprometem a segurança e a realização do serviço de maneira satisfatória e/ou interferem no bom funcionamento da ETE. Problemas caracterizados e evidenciados nas seguintes atividades: a) Coletar e enviar amostras para análises dos efluentes. As coletas devem ser feitas na entrada e na saída da ETE. Os parâmetros a serem analisados devem atender às orientações dos órgãos ambientais competentes de cada campi. b) Confeccionar o relatório geral da ETE - Responsável Técnico - Encarte C. c) Destinar o lodo adensado a aterro autorizado ou área de compostagem após estabilização microbiológica, conforme acúmulo no local. d) Expor desnecessariamente a comunidade acadêmica, seus próprios funcionários ou terceiros à situações inseguras, de qualquer natureza. f) Não atendimento dos parâmetros mínimos exigidos pelos órgãos ambientais nos efluentes (por parâmetro não atendido).	03 pontos

7. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

7.1. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas a cada chamado realizado, conforme tabela abaixo:

Pontuação	Ajuste no pagamento
01 ponto	Desconto de 2% sobre o valor total da prestação do serviço
02 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da prestação do serviço
03 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da prestação do serviço
04 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da prestação do serviço
05 pontos	Desconto de 14% sobre o valor total da prestação do serviço
06 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da prestação do serviço
07 pontos	Desconto de 22% sobre o valor total da prestação do serviço
08 pontos	Desconto de 25% sobre o valor total da prestação do serviço
09 pontos ou mais	Desconto de 30% sobre o valor total da prestação do serviço



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

ENCARTE “F”
TABELA DE PEÇAS E SERVIÇOS
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022

Principais peças e serviços
Registro de esfera volante, 1.1/4” (DN: 40mm), PVC
Registro de esfera com união roscável, 1.1/4” (DN: 40mm),PVC
Registro de esfera soldável, DN 50mm, PVC
Válvula de retenção horizontal, DN 50mm, PVC/Policetal, abertura total
Válvula de retenção horizontal, DN 50mm, metal, abertura total
Tubo de PVC soldável para água fria, DN 40mm, barra de 6 m
Tubo de PVC soldável para água fria, DN 50mm, barra de 6 m
Tubo de PVC soldável para esgoto, DN 100mm, barra de 6 m
Luva de PVC soldável, 50 mm, para água fria
Luva de PVC branco, 100mm, para esgoto
Joelho PVC soldável, 50mm, para água fria
Joelho PVC branco, 100mm, para esgoto
Tê PVC soldável, 50mm, para água fria
Tê PVC branco, 100mm, para esgoto
União rosqueável soldável, PVC marrom, 50mm
Caixa de água, polietileno, 310 L
Mangueira flexível de polietileno, nas cores azul ou preta diâmetro de 25mm, espessura da parede de 2,3mm, rolo de 100mt.
Mangueira flexível de polietileno, nas cores azul ou preta, diâmetro de 32mm, espessura 2,9mm ou superior, rolo de 100mt
Grades para setor de desarenação contendo espaçamento de 10mm, 15mm em cortes vazados verticais e Tampas com armação em metal e preenchimento com tela plástica do tipo anti insetos para cobertura do desarenador conforme medidas do local. Grades 03 e Tampas 06
Chave Boia elétrica, unipolar, 15A ou 25A
Lâmpada germicida UV-C, PHILIPS, 95 W
Aerador submersível SPIDERJET - SPJ 056, marca Hidrosul, 5 HP - 6 polos – 1100 rpm – Trifásico - 380 V
Aerador submersível SPIDERJET - SPJ 056, marca Hidrosul, 2,5 HP - 2 polos – 3600 rpm – Trifásico – 220/380 V
Bombas centrifuga horizontal para recirculação de lodo marca TEXIUS. Modelo: TBH-0054 SÉRIE BJ-4 de 1/2 CV Trif em 380v.
Bomba submersa, Modelo BCS C5 0,5 CV. Recalque 2”, trifásica.
Reator para lâmpada UV 95W, 220V



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

Disjuntor Motor Termomagnético 16A 50kA – PKZM0-16, Trifásico
Disjuntor Motor Termomagnético 4A – PKZM04, Trifásico
CLP, Marca Siemens, SIMATIC S7 1200, 1214C
Fonte Chaveada, 24V, 2.1A, 50w
Contator, 3P, 20A, 220V, 1NA, DIL M7-10
Contator, 3P, 6A, 220V, 1NA, DIL ER-31
Contator, 3P, 15A, 220V, 1NA, DIL 15-01
Mini Cpu Intel Dual Core, 4GB Ram, SSD 120GB, Windows 7, Porta Serial. Placa mãe com Processador com velocidade igual ou superior a 1.8Ghz
Monitor LCD ACCER, Modelo P166HQL
Rebobinagem de motor/troca de rolamento e selo mecânico/retífica de estator. Para motobomba marca Texius, modelo TBH 0054, BJ-4, ½ CV, trifásica.
Rebobinagem de motor/troca de rolamento e selo mecânico/retífica de estator. Para motobomba submersa, marca Schneider, modelo BCS C5 0,5 CV, Trifásica.
Desmontagem do motor e avaliação/troca dos mancais, selo mecânico e revestimento (aerador submersível SPIDERJET - SPJ 056, marca Hidrosul, 5 HP - 6 polos)
Desmontagem do motor e avaliação/troca dos mancais, selo mecânico e revestimento (aerador submersível SPIDERJET - SPJ 022, marca Hidrosul, 2,5 HP - 2 polos)
Rebobinagem do motor e troca do estator (aerador submersível SPIDERJET - SPJ 056, marca Hidrosul, 5 HP - 6 polos)
Serviço de suspensão e reinstalação de aerador com uso de braço mecânico ou tripé com talha manual
Reagente DPD para análise de cloro residual, em pastilha, cx com 100un
Hipoclorito de cálcio (65%), granulada, balde de 10 kg



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoes@uffs.edu.br / www.uffs.edu.br

ENCARTE “G”
MODELO DO ORDEM DE SERVIÇO
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:	Serviço:
Contrato nº:	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidade de Medi- da	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoes@uffrs.edu.br / www.uffrs.edu.br

LOCAL DE REALIZAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO

Endereço:

Data de início:

Data de término:

RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta **Ordem de serviço** serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade Orçamentária:

Função Programática:

Projeto de Atividade

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

Saldo Orçamentário:

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Local, data

Responsável pela
solicitação do serviço

Local, data

Responsável pela
avaliação do serviço